

**GOVERNANÇA CLIMÁTICA NO BRASIL: INSTRUMENTOS,
FINANCIAMENTO E DESEMPENHO DE 2012 A 2025**

Luiz Guilherme Alves Facholi (guifacholi@hotmail.com)

Jonathan Gonçalves Da Silva (jonathandasilva@ufgd.edu.br)

Roselaine Bonfim De Almeida (roselainealmeida@ufgd.edu.br)

O enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil consolidou-se com marcos legais como a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a criação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, aliados à ambição inicial expressa no Acordo de Paris. No entanto, a partir de 2019, observa-se um enfraquecimento gradual da política climática nacional, evidenciado, entre outros fatores, pela suspensão de financiamentos relevantes, como o Fundo Amazônia, cujo papel era fomentar projetos de preservação e uso sustentável do bioma amazônico. Esse enfraquecimento institucional refletiu-se em um aumento significativo nos índices de desmatamento. No estado de Mato Grosso, a cobertura florestal foi reduzida de aproximadamente 9.944 km² para 19.818 km² entre 2019 e 2021. Esse avanço do desmatamento contribuiu para o aumento das emissões de gases de efeito estufa na região. Entre 2014 e 2021, os territórios indígenas emitiram cerca de 96 milhões de toneladas de CO₂ devido ao desmatamento, com 59% desse total concentrado nos últimos três anos do período. Além disso, a degradação florestal por incêndios, corte seletivo e queimadas tornou-se o principal fator de perda de carbono, superando o desmatamento direto entre 2010 e 2019. O objetivo deste artigo é analisar os impactos do enfraquecimento da política climática brasileira no período 2012-2025 para o

cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris, bem como suas consequências socioambientais e setoriais. Para isso, será adotada uma abordagem descritiva e documental, baseada em dados secundários de institutos nacionais e relatórios de organizações internacionais. Os resultados indicam que o desmonte institucional e a instabilidade de financiamento climático estão associados ao agravamento do desmatamento e da degradação florestal, elevando as emissões de gases de efeito estufa, fragilizando setores estratégicos como a agricultura e comprometendo a segurança de comunidades tradicionais e populações urbanas expostas a eventos climáticos extremos. Conclui-se que a estabilidade das políticas climáticas e o fortalecimento do arcabouço jurídico-institucional são imprescindíveis para que o Brasil honre seus compromissos internacionais de redução de emissões e minimize riscos climáticos e socioeconômicos. Em estudos futuros, pretende-se utilizar modelos econométricos para estimar o impacto específico das políticas climáticas em diferentes cenários de governança, subsidiando a tomada de decisão com base em evidências empíricas robustas. Agradecimentos: À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e financiamento desta pesquisa.

Palavras-chave: política climática; desmatamento; acordo de paris.